



RESISTÊNCIA, IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: a luta dos movimentos sociais pela educação do campo.

Gilson Marinho Brito- UFMA¹
Catiane Cinelli - UFMA²

RESUMO

O presente trabalho discute sobre as relações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com a construção e luta dos camponeses e camponesas pela Reforma Agrária, a emancipação social e política. Portanto, o MST tem como base a concepção de que tal luta só pode ser realizada com a conquista de uma educação. Desse modo, a educação trabalhada dentro deste movimento busca uma prática pedagógica que respeite os saberes eruditos das comunidades, e para além disso, liberte-os. Evidenciaremos que ao passo em que as organizações coletivas estabelecem uma relação identitária com o corpo social camponês, há uma nova maneira como as relações se dão neste espaço. Tomando como ponto de partida as experiências de uma pessoa jovem, que cresceu no meio rural com presença de movimentos sociais, e que atualmente cursa Pedagogia, é possível traçar um paralelo entre seu passado e presente. Este trabalho ainda traz discussões em torno do MST e sua relação com a Educação, a identidade camponesa, Estado e Educação do Campo, afim de enriquecer os debates acerca do tema.

Palavras-chave: MST; Emancipação; Camponeses (as); Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A luta pela educação do campo tem sua história iniciada muito antes das primeiras concepções formuladas sobre o tema, onde importantes organizações e mobilizações civis desempenham uma disputa por direitos mesmo com a repressão sofrida durante Estado Novo e o Golpe Militar de 1964. Primeiramente, as associações, sindicatos e ligas camponesas, mais

¹ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (Centro de Ciências de Imperatriz), Brasil. E-mail: Gilson.mb@discente.ufma.br

² Professora no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (Centro de Ciências de Imperatriz), Brasil. E-mail: catiane.c@ufma.br



recentemente temos organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), este último no qual é objeto deste estudo, desempenharam e desempenham até os dias atuais, cada um de sua maneira, uma luta em prol dos direitos de educação das comunidades camponesas.

O retrato mostrado pelos governos ao longo das décadas frente a questão de educação dos camponeses sempre foi visto de uma maneira muito distante das necessidades que se mostravam, nem tão pouco eram atendidas as reivindicações em torno do direito a cidadania de forma ampla.

Seguindo este contexto, é possível descrever que a história da educação brasileira, de modo geral, foi marcada desde sempre por desigualdades sociais, questões essas que iniciaram ainda no império e perdura até os dias atuais. Porém, ao longo das décadas, surge a necessidade de urbanização do país, e com isso o desenvolvimento no setor educacional urbano ganha transformações importantes, o que os marcam até os dias de hoje como referência para a educação do campo, indígena e quilombola, estas vistas como atrasadas, e sem valor científico, tendo seus saberes eruditos substituídos por uma educação neoliberal vinda dos centros urbanos.

Portanto, comunidades camponesas foram excluídas dos planos de desenvolvimento educacional do Brasil, sendo invisíveis para as políticas públicas da época passaram a servir apenas como local de reprodução de mão de obra barata, que se realocaria para metrópoles a fim de trabalhar em condições precárias. De certo, as oligarquias camponesas que dominavam a política interna brasileira, e atuavam com a égide do Estado, não permitiam que houvesse uma tentativa de emancipar os cidadãos das áreas rurais através de oportunidades de uma educação digna, trabalho ou acesso à terra.

As décadas de 1970, onde surgiram os primeiros esboços do que viria a ser efetivamente reconhecido como o MST em 1984, representaram marcos importantes para a consolidação de algumas exigências camponesas dentro do campo político. A partir de então a luta por reforma agrária ganha contornos variados e integra novas pautas como prioridade, sendo uma delas a educação. Dentro desta perspectiva, a educação foi vista pelo movimento como uma ferramenta para transformação do espaço e emancipação, além da reafirmação de identidade, o orgulho e dignidade de ser camponês. Segundo Kolling (2012), o MST ao sentir a necessidade de qualificar e trazer intencionalidade a luta dos camponeses, necessitou desenvolver um modelo de educação que estivesse dentro do contexto de relações sociais dos Sem Terra, desse modo,



a Pedagogia do Movimento surge para ajudar na formação dentro das comunidades, pois era preciso desenvolver uma reflexão pedagógica que se expandisse para além da escola, ajudando em uma leitura crítica da realidade ao qual está inserida.

Durante o período em que o MST inicia seus trabalhos pedagógicos dentro do movimento, surge as discussões em torno de fortalecimento das concepções de educação do campo, a diferenciando da educação rural. Em suma, a educação do campo trabalha com a tentativa de integração entre conhecimento científico e popular, valorização cultural e defendendo que a escola deve ser voltada para as realidades dos camponeses, sendo assim, o MST a reconhece como peça essencial na luta coletiva. Segundo Ribeiro (2015), a educação rural estaria mais ligada a uma imposição de projeto do estado, que tem o apoio das classes dominantes e é voltado para o campo, onde seu objetivo seria principalmente a manutenção da hegemonia da classe capitalista urbana sobre os trabalhadores rurais, mas que certamente sofreu resistência dos camponeses.

Com a crescente dos movimentos sociais, e a pressão pela redemocratização, as décadas de 1980 e 1990 geram uma série de vitórias no que diz respeito as políticas públicas. Uma das mais relevantes conquistas, sem dúvidas, é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a partir de sua criação em 1998, há uma maior facilidade no reconhecimento e diálogo das demandas do movimento diante o poder estatal, além da parceria com as universidades, ampliando os espaços de envolvimento científico entre comunidades e as instituições.

Todavia, é necessário alertar sobre os riscos de retrocesso aos quais os movimentos sociais enfrentam em um panorama atual, que vão desde o fechamento de escolas, a falta de professores (as) com formação adequada, o avanço de políticas neoliberais para a educação do campo e a perda de direitos diante as investidas de políticos da bancada do agronegócio no parlamento brasileiro, onde estão compromissados com as elites agrárias e as demandas burguesas.

Nesse sentido, este trabalho faz-se necessário para o fortalecimento de discussões em torno da reconhecer a importância do MST na defesa de uma construção de sociedade mais justa e democrática no espaço camponês brasileiro. É essencial também, por contribuir significativamente com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, buscando servir de base para a construção do pensamento crítico, a educação do campo, os militantes de movimentos sociais, a comunidade acadêmica e agregando no combate as investidas



neoliberais.

Este estudo tem como objetivos analisar a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na conquista da educação do campo no Brasil, assim como sua consolidação, assim como compreender o contexto histórico, investigar alguns programas desenvolvidos e refletir sobre a importância da educação emancipatória.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter qualitativa, pois, dialoga com análises sobre as contribuições e conquistas através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na busca por direitos ao acesso à educação e a formação de sujeitos do campo. Segundo Minayo (2014), um dos principais pontos dentro de uma pesquisa qualitativa é a compreensão seguido pela interpretação, sendo ambos interligados é necessário na análise do objeto estudado. Neste sentido, este trabalho procura construir um material referencial teórico para estudos que condiz com as lutas e conquistas dos camponeses.

Portanto, para este estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual as informações apresentadas foram adquiridas através de livros, artigos científicos, revistas e sites buscando contribuir para discussões em torno da problemática investigada. Desse modo, a compreensão do material aqui discutido aprofundada-se em uma temática atual. Assim, o instrumento utilizado nesta pesquisa foi à revisão de literatura, através do fichamento de materiais já publicados, onde foi possível obter informações relevantes acerca do objeto de pesquisa. As análises foram realizadas à luz dos autores Caldart (2012), Gonh (1997) e Freire (1996) dentre outros importantes teóricos da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de análises do livro *História dos Movimentos Sociais do Brasil*, (Grinberg; Ribeiro, 2018), sobre os pontos determinantes nas décadas de 1960, que contribuíram significativamente para o êxodo rural, levando a grandes massas de migrantes entre as regiões brasileiras, podemos compreender a falta de oportunidades de acesso à terra, trabalho e educação no espaço camponês que proporcionasse uma vida digna a estas comunidades como fatores determinantes para esta mudança. Contudo, ao mesmo tempo que havia a partida para



os grandes centros urbanos, nascia uma necessidade de transformação no campo, algo já iniciado pelas associações, sindicatos e as Ligas Camponesas desde 1950, e que se intensificou com o surgimento dos primeiros movimentos sociais na década de 1970.

Nesse contexto, entra em ação as primeiras articulações coletivas como o MST, em prol da luta pela reforma agrária popular e por direitos no campo, e que dentre suas pautas estão a conquista do acesso à educação de forma decente, escolas com estrutura adequada e profissionais com envolvimento com a sociedade na qual está relacionado, rompendo a visão burguesa no sistema educacional do campo, que estabelece, muitas vezes, a necessidade de que esses indivíduos precisam sair do campo para ter uma vida melhor ou tem de adaptar-se ao ambiente urbano.

Aos poucos, o MST passou a entender que o avanço de suas conquistas dependia da pressão por políticas públicas para o conjunto da população trabalhadora do campo. Especialmente para conseguir escolas de ensino fundamental completo e de ensino médio, era preciso uma articulação maior com outras comunidades do campo, porque isso demanda uma pressão mais forte sobre as secretarias de Educação e a sociedade política em geral. As experiências de pensar escolas como polos regionais entre assentamentos e com estudantes de outras comunidades de camponeses aos poucos vão educando o olhar dos trabalhadores Sem Terra Para uma realidade mais ampla. Foi assim que o MST chegou à EDUCAÇÃO CAMPO (Kolling, Vargas, Caldart, 2012, p. 502).

Em razão deste interesse do MST pela educação no espaço rural é possível entender que a luta pela reforma agrária não poderia ser possível sem que primeiro fosse construída uma base de ensino, sendo assim, formando sujeitos conscientes e críticos, pois, as disputas entre classes no campo necessitavam de elevação para a esfera política, combatendo as propostas de neoliberais e a lógica capitalista, e posteriormente rejeição de “recomendações” de órgãos internacionais financiadores da educação brasileira como o Banco Mundial, e as suas interferências nas políticas educacionais que não abrangem os muitos contextos do país.

Segundo Caldart (2012), os movimentos sociais sempre foram importantes na construção e consolidação da Educação do Campo, desde a sua necessidade de atender as demandas dentro dos assentamentos de Reforma Agrária, quanto os ajustes em torno da adequação do termo, algo que veio a ser debatido a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, e que através do protagonismo dos movimentos sociais foi possível quebrar uma visão de escolas de modelo de ensino urbano dentro das escolas de zonas rurais, que até então atendiam os objetivos das políticas liberais burguesas.

Portanto, se existe hoje uma disputa pelo controle entre as classes burguesa e o proletariado, pelo que o filósofo marxista francês Louis Althusser (1970) chamou de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), onde principalmente o Aparelho Estado Escola desempenha um papel central na dominação, ainda que de forma sutil, podemos considerar que a escola encontra-se no centro dessa discussão, ou melhor, a educação como um todo, visto que em um mundo globalizado onde as maneiras como aprendemos ou ensinamos superaram fronteiras e certamente transformou-se em uma espécie de fábrica para o sistema capitalista com viés reprodutivista.

Ao realizarmos uma análise sobre esta perspectiva, Louis Althusser (1970) afirma que:

1. - Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração Capitalistas (Althusser, 1970, p.62).

2. - Cada um deles concorre para este resultado único da maneira que lhe é própria. [...] O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os «cidadãos», doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc (Althusser, 1970, p.63).

Diante esta concepção, podemos analisar como a educação dentro um modelo de Estado capitalista posto por ele e para ele, tem cumprido uma função no espaço rural e qual tem sido o papel dos movimentos sociais na ruptura com esta visão, a luta de forma ativa pela garantia de direitos a educação e os modos emancipadores da educação. Ao levarmos esta referência para a educação em meio a zona rural, vemos que um outro projeto tem sido trabalhado dentro dos movimentos sociais, caracterizando pela valorização do conhecimento empírico das comunidades, com objetivos concretos e articulados para que a educação seja emancipatória, trata-se de criar condições para fortalecer as relações, vivências e resistência camponesa frente aos ataques das oligarquias do Campo, assim surgem os novos movimentos sociais, ao qual o MST está fortemente ligado.

Segundo Freire (1996), a educação não pode ser um ato repressivo, em que siga modelos de ensino autoritarista, mas defende que seu papel deva ser libertador, proporcionando no aluno uma busca autônoma por conhecimento e quebrando uma lógica de educação bancária que limite sua leitura crítica do mundo. O trabalho pedagógico dentro do MST costuma seguir a lógica freiriana, uma vez que, ao instruir e formar cidadãos camponeses politicamente conscientes, o movimento os proporciona uma possível emancipação.



Nesta perspectiva, Gohn (2013) ressalta a importância dos movimentos sociais e as novas mobilizações como instrumentos na educação e politização da sociedade. Ela afirma que os novos movimentos sociais passaram por alterações na sua forma de atuar e se mobilizar, pois amplia seus espaços em busca de integrar novas identidades e se conectar as redes.

Atualmente, os movimentos sociais que lutam pelo direito a educação ganharam uma nova característica que os diferenciam dos sindicatos, das Ligas Camponesas e os antigos movimentos sociais, que certamente não deixavam de abrir discussões em torno da conquista pela escola do campo. De acordo com Gohn (1997) os Novos Movimentos Sociais (NSM) caracterizam-se por ampliar sua luta social a de forma autônoma, contando com o suporte de novos meios de comunicação e que contemplem as novas demandas e identidades.

Desse modo, no final da década de 1990, houve mobilizações importantes realizadas com apoio do MST em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao realizarem o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera), em 1997, e que também contavam com características dos NSM. A partir desse encontro surge o Movimento Nacional Pela Educação do Campo, que mais a diante seria uma peça fundamental para reivindicações dos direitos básicos a educação no espaço rural, surgindo então a Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, com finalidade de pressionar os órgãos governamentais por políticas públicas próprias para o meio rural. A CONTAG, a partir de 2002, com o intuito de fortalecer a articulação e atuação do Movimento Nacional pela Educação do Campo, passa a fazer parte deste movimento ampliando sua força frente ao governo e desempenhando um papel essencial na busca por direitos.

Convencida a compor o Movimento Nacional de Educação do Campo, a CONTAG passa a compor também a "Articulação Nacional por uma Educação do Campo". E durante o primeiro momento do Governo Lula essa "Articulação", com poder de mobilização agora potencializado, não só pela entrada do novo parceiro, mas pela nova "ambiência política", põe-se a organizar a "II Conferência Nacional por uma Educação do Campo", cujo evento ápice ocorre em agosto de 2004 (Munarim, 2004 p.10).

As lutas desempenhadas pelo Movimento Nacional de Educação do Campo ganharam contornos importantes, principalmente após a virada para o século XIX, durante o Governo Lula (2002-2010) e assim foram conquistadas as vitórias dentro do âmbito político com a presidência do petista, como por exemplo o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que posteriormente teria partes revogadas pelo Decreto nº 10.087 de 2019, este decreto foi essencial para estabelecer parâmetros de qualidade dentro da educação ofertada pela rede pública de



ensino de comunidades rurais e as políticas dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Segundo Molina (2012), é importante que as legislações educacionais para o campo, sejam desenvolvidas de acordo com suas especificidades, para isso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Doebec, 2002) reconheçam e implementem a diversidade para a transformação do espaço rural, necessitando da formação de educadores alinhados as lutas dos movimentos sociais e das comunidades, visando sempre o protagonismo camponês.

O PRONERA representa uma outra conquista fundamental para as reivindicações dos trabalhadores rurais e as pautas defendidas dentro do MST pelo acesso à educação dentro do território rural possibilitando o estudo desde a Educação Básica até o Ensino Superior, fortalecendo a identidade camponesa de modo a promover uma organização em torno da luta popular, e agindo na concretização das exigências direcionadas ao poder governamental. Criado em 1998, a partir do MST, o PRONERA surge como uma necessidade primordial para promover a alfabetização dentro dos acampamentos e comunidades rurais, permitindo um futuro ingresso do trabalhador camponês aos cursos de Ensino Superior, que talvez tenha sido uma das maiores vitórias do programa durante todos esses anos, pois possibilitou uma valorização dos saberes do campo dentro das universidades, assim como a criação de cursos específicos.

Santos (2012) destaca que o Pronera assegurou que novas condições de acesso a escola no Campo, e para além disso garantiu uma nova forma de organização que eram distintas da educação formal praticada nos centros urbanos, ao passo que concilia uma atenção ao período de aprendizagem, permite, juntamente com a formação de novas metodologias a participação dos alunos tanto questões de conhecimento científico quanto na produção de conhecimento empírico camponês.

De certa forma, é seguro afirmar que o Governo Lula foi um ponto importante na história das conquistas dos movimentos sociais pelo direito a educação do campo, tanto por programas desenvolvidos e efetivados em seu primeiro mandato, como os destacados acima, quanto os de seu segundo mandato, como o Projovem Campo-Saberes da Terra e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), que representam até os dias atuais uma vitória significativa rumo a uma inclusão de classes sociais que sempre estiveram a margem da sociedade e em grave situação de vulnerabilidade.

Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) divulgou que a nova etapa do Projovem Campo-Saberes da Terra, para o ano de 2025, continua com seus objetivos centrados na busca



pela superação do analfabetismo, em conformidade com o Pacto EJA, além do incentivo a formação qualificada para o trabalho na agricultura familiar de forma sustentável disponibilizando assistência estudantil com o pagamento de bolsas. Enquanto o PRONACAMPO continuou com o seu desempenho voltado a melhorar a estrutura de instituições no campo, assim como a formação continuada e materiais específicos que retrate o contexto camponês, isso pelo menos até sua nova reformulação e ampliação em 2025.

Segundo matéria divulgada pela página do MST, o Novo PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas) “representa uma conquista histórica para a superação das desigualdades do campo”, visto que a partir dessa nova proposta seja integrada o reconhecimento sócio-cultural existente nas comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, onde serão desenvolvidas políticas públicas específicas que dialoguem com seus saberes tradicionais e culturais, de forma que possibilite a construção de indivíduos comprometidos com a natureza e meios de produção sustentáveis.

Diante de programas tão importantes para a democratização do acesso e qualidade de ensino, cabe ressaltar a importância de movimentos sociais como o MST para a sociedade em geral, visto que sem sua participação na luta por direitos a Reforma Agrária e a Educação como partes integradas, garantiram direitos que são reivindicados durante toda a história do Brasil. E como resultado disso os movimentos sociais também envolvem a comunidade e o camponês em torno de uma construção identitária, com as pautas coletivas e políticas sociais que contemplem os interesses de todos.

Transformar-se como camponês inclui aqui um processo educativo básico (lavrando a vida, conforme aprendemos) que diz respeito a assumir-se, conscientemente, como sujeito do Movimento, ou seja, construir relações de produção e formas de vida no campo que dêem continuidade à luta que lhe permitiu esse reencontro com a terra e consigo mesmo. (Caldart, 2004 p. 356)

Como já apresentado antes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra carrega consigo características e aspectos ligados aos Novos Movimentos Sociais como destacava Gonh, uma vez que este movimento tem dentre seus objetivos atuais, além da garantia de acesso digno a educação, estão a busca para que ela ocorra de maneira transformadora e emancipatória, para que as práticas e saberes eruditos das comunidades sejam vistos como formas legítimas de conhecimento, não sendo necessário uma substituição pela educação de modelo neoliberal praticado pelas instituições urbanas. Desse modo, o MST busca que a educação supere o



objetivo de apenas ensinar o conhecimento científico, e passe então a valorizar a cultura e identidade camponesa.

O MST, como peça fundamental pela conquista da Educação do Campo, garantiu a criação de instituições escolares emancipadas das dinâmicas urbanas, de modo a assegurar o ensino e formação crítica dentro das áreas de assentamentos, revolucionou as relações e práticas empregadas nas dinâmicas envolvendo a maneira como se pensa o espaço rural e convívio entre o pequeno agricultor e os meios sustentáveis de agriculturas alternativas, e as relações econômicas. Ao lutar pela educação, o MST não exigiu apenas um olhar de cuidado do Estado para com os cidadãos, mas sim o cumprimento de seu dever nos quais se dispõem a cumprir dentro do seu papel de contrato social, é nessas condições de pressão pela Reforma Agrária e educação que nascem as escolas itinerantes, com o intuito de fortalecer os movimentos sociais e garantir educação dentro dos assentamentos.

Segundo Caldart (2012), a Educação do Campo é um direito que foi conquistado com a participação dos movimentos sociais, principalmente o MST. Para a autora a educação do campo não segue os modelos educacionais tradicionais, mas, valoriza as práticas humanas, a diversidade e dentro dos movimentos sociais dialoga com a luta pela educação com a libertação do controle do Estado.

Desse modo, as organizações coletivas atuantes na resolução das necessidades camponesas vão sempre olhar a educação do campo como parte da luta, sendo um dos pilares importantes para a consolidação de seus direitos e até mesmo as escolas itinerantes, que muitas vezes funcionam com uma estrutura precarizada seria um reflexo dos anseios de pessoas. Assim, o trabalho pedagógico dentro dos acampamentos e das comunidades, fogem da lógica capitalista, e reforça a contrariedade da atribuição de valor comercial as agriculturas, a educação neste caso não tem uma visão comercial ou necessidade mercantilista, mas concentra-se na criação de um espaço de acolhimento, assim como a proposta de fortalecimento e valorização dos saberes locais e a formação em torno da identidade camponesa a fim de fortalecer as lutas dos movimentos sociais.

A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que não deve ser o Estado o educador do povo (Caldart, 2012 p.262).



Portanto, pensar a luta dentro do MST sem falar de educação seria uma controvérsia, pois a utilização da pedagogia pelos militantes funciona como peça fundamental no desenvolvimento do processo de ocupação da terra e como consequência a escola e sua formação política emancipatória, mesmo que dentro de Estado capitalista como o brasileiro as políticas educacionais não vão fugir tanto das propostas neoliberais quanto se espera.

Para Freire (1996) ensinar é um ato político visto que a educação não segue um parâmetro neutro e põe em prática os valores e concepções de uma classe dominante, então cabe ao papel do docente dentro deste contexto romper a esta lógica, buscando sempre vê o aprendizado como uma via de mão dupla, onde o aluno é um detentor de conhecimento e que o professor aprende ao mesmo tempo em que ensina. Como a educação tem um caráter político, Freire também ressalta a importância deste educador educar para transformar, desvinculando-se do modelo de educação bancária.

Neste contexto, o papel do MST entra em destaque novamente como medida combativa, visto que a forma como profissionais da educação tem sua formação adquirida, os prepara para aplicar um plano que envolva tanto a formação acadêmica e o conhecimento científico quanto as práticas populares das comunidades, o objetivo não está em direcionar uma construção do espaço escolar como agente de mobilidade social, desse modo os movimentos sociais conseguem politizar as questões de interesse dos camponeses.

No livro *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, Gohn (1997) afirma que, um dos principais objetivos dos Novos Movimentos Sociais além da busca por construção e alinhamento com a identidade seja a participação contextualizada, seja alcançar a novas formas de atuação, distanciando-se de outros modelos internacionais, caracterizando-se pela realidade da América Latina e Brasil.

Aos poucos, o MST, ao integrar sentidos de valorização da identidade cultural camponesa, os movimentos sociais dão voz a uma forma de resistência que reúne militância e cooperativismo entre indivíduos que buscam atingir objetivos mútuos que sejam de interesse de todos. Portanto, ao observar a esfera educacional dentro do espaço rural, nota-se o que o desempenho dos movimentos sociais caracterizados pela luta social de forma ativa vem reunindo um identitarismo ao longo dos últimos anos, algo que o familiariza aos NSM, seu êxito em prol dos direitos educacionais do campo vem ganhando força através de realização dos fóruns nacionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os movimentos sociais como o MST representam desde sua criação até os dias atuais uma forma concreta e efetiva na conquista de direitos a Educação do Campo, considerando-a como parte fundamental da emancipação política e social dos camponeses rumo ao fortalecimento da identidade cultural, o compromisso com a Reforma Agrária, o meio ambiente, a agricultura sustentável assim como o rompimento com o colonialismo burguês do Campo.

O processo histórico pelos quais a democratização escolar enfrentou no Brasil, organizou-se, desde sempre em lutas populares, seja em suas primeiras manifestações como as associações, sindicatos, ligas camponesas, chegando até o MST. A busca pela transformação do cenário político, social e econômica do camponês (a) e do Campo mostrou-se prioridade dentro deste movimento, como visto anteriormente.

O MST legitimou marcos legais que se tornaram fundamentais pela libertação do pensamento crítico, a conquista de uma Educação compatível com as vivências de comunidades, possibilitando a ocupação de espaços políticos, e intensificando uma luta por dentro da estrutura do Estado. Ao pressionar governos por direitos básicos a população e a efetivação de políticas públicas e educacionais específicas para o Campo, os trabalhadores rurais, anteriormente sempre deixados a parte das atividades “democráticas” do país, como a consolidação de leis, ganham força, voz e formação crítica através dos movimentos sociais como o MST.

Por fim, nota-se que as lutas travadas pelo MST são essenciais pela construção de uma sociedade mais justa no ambiente rural, assim como pode-se compreender que as necessidades políticas são enormes, assim como os desafios e violência são diários. Mas, afinal, é necessário haver luta dentro de um modelo de Estado capitalista para que direitos sejam cumpridos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980. p. 62-63.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 nov. 2010.



BRASIL. Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre educação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC relança ProJovem com pagamento de bolsas a estudantes. Portal Gov.br, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mec-relanca-projovem-com-pagamento-de-bolsas-a-estudantes>. Acesso em: 10 out. 2025.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 262.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 257-258.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed.— São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 356.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRINBERG, Lucia; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. História dos movimentos sociais no Brasil: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. **MST e educação**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 502.

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. **MST e educação**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 500-507.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 28 out. 2025.



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Novo Pronacampo representa conquista histórica para superação de desigualdades no campo. São Paulo: MST, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/08/01/novo-pronacampo-representa-conquista-historica-para-superacao-de-desigualdades-no-campo/>. Acesso em: 17 out. 2025.

MUNARIM, Antônio. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPED, 2004. GT-03 – Movimentos Sociais e Educação. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: 01 nov. 2025.

RIBEIRO, Marlene. **Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014111587>. Acesso em: 09 nov. 2025.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 632-638.